



Ilmo. Sr. Tabelião do Cartório da Prainha, de Santarém (PA),

Nos termos do Prov. n. 150/2023/CNJ, o(a) interessado(a), abaixo qualificado(a), vem requerer a lavratura de **ATA NOTARIAL PARA FINS DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA EXTRAJUDICIAL**, conforme constante neste requerimento e nos documentos apresentados:

REQUERENTE: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____ Profissão: _____

Nome do pai: _____

Nome da mãe: _____

CPF: _____ RG: _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

CÔNJUGE/COMPANHEIRO(A): _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____ Profissão: _____

Nome do pai: _____

Nome da mãe: _____

CPF: _____ RG: _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Advogado(a): _____

OAB: _____

Endereço profissional: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

COMPRADOR(ES): _____

VENDEDOR(ES): _____

PARTE INADIMPLENTE: _____

OBJETO DA TRANSAÇÃO: _____

VALOR declarado no Ato ou Negócio (Nota 401, Tab. Emol.): R\$ _____

ORIGEM dos recursos: () Remuneração do próprio trabalho; () Aplicação financeira/Ações; () Herança; () Doação; () Outra;

Em caso de Herança, doação ou outra, especificar: _____

FORMA DE PAGAMENTO: () À vista, no dia __/__/____; () A prazo, esclarecer quantas parcelas e datas de pagamento: _____

MEIO DE PAGAMENTO: () Dinheiro, em Espécie; () Transferência bancária; () Cheque; () Títulos ao portador; () Bens móveis ou semoventes, esclarecer quais: _____

() Outro meio, esclarecer: _____

AO FIRMAR O PRESENTE REQUERIMENTO, DECLARO, AINDA, O SEGUINTE:

Que fui alertado pelo Escrevente/Tabelião, do disposto no artigo 20, inciso XI, do Provimento n. 088/2019/CNJ, que dispõe que a apresentação de valores fictícios ou incompatíveis com os praticados no mercado pode configurar indício de crime de lavagem de dinheiro, bem como do disposto no artigo 2º, inciso I, da Lei n. 8.137/1990, que dispõe que **constitui crime contra a ordem tributária "fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo"**.

Que fui alertado pelo Escrevente/Tabelião que o negócio jurídico requerido **será informado à Receita Federal do Brasil** e que poderá, ainda, ser **comunicado à Unidade de Inteligência Financeira (COAF)** e outros órgãos fiscalizadores.

Que fui alertado pelo Escrevente/Tabelião que os documentos apresentados ainda serão analisados e que a possibilidade jurídica da ata requerida ainda será analisada, **podendo o Cartório exigir outros documentos** para a sua lavratura, que somente se concretiza na emissão do traslado, conforme art. 252, e ss. do Prov. Conj. n. 02/2019/CJRMB/CJCI/TJPA.

Que fui alertado pelo Escrevente/Tabelião que a ata requerida somente poderá ser lavrada após a confirmação do pagamento dos emolumentos, nos termos do art. 253, do Prov. Conj. n. 02/2019/CJRMB/CJCI/TJPA

Que fui alertado pelo Escrevente/Tabelião, que após a primeira assinatura na ata requerida, os demais signatários terão o prazo improrrogável de **30 (TRINTA) DIAS** corridos para assinar, sob pena de o ato ser cancelado, sem a devolução dos valores antecipados, conforme art. 253, §1º, do Prov. Conj. n. 02/2019/CJRMB/CJCI/TJPA.



PARA USO EM CASO DE DILIGÊNCIA FÍSICA	
Local da Diligência:	
Data de início: / /	Data de término: / / Horário de início: : Horário de término: :
Transporte por conta do requerente (); Transporte por conta da serventia (); Valor do transporte: R\$	

Algum comparecente é ou foi, nos últimos 5 anos, **Pessoa Exposta Politicamente – PEP (ver abaixo)** ou é seu familiar em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, cônjuge, companheiro ou estreito colaborador? () NÃO () SIM. Em caso positivo, esclarecer em qual opção se encaixa: _____

São Pessoas Expostas Politicamente – PEP (a condição de PEP perdura até 5 anos contados da data em que a pessoa deixou de se enquadrar naquele cargo ou função): 1) Detentor de mandato eletivo; 2) Os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de: 2.1) Ministro de Estado ou equiparado; 2.2) Natureza Especial ou equivalente; 2.3) Presidente, Vice-Presidente, Diretor, Reitor ou equivalentes, de entidades da Administração Pública Indireta; e 3) Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, nível 6, ou equivalente; 4) Membros de Tribunais Superiores e de Segunda Instância e do Ministério Público; 5) Presidentes e Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos; 6) Chefes de Missões Diplomáticas ou de Organizações Internacionais.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS	
<input type="checkbox"/> RG e CPF do(s) outorgante(s);	<input type="checkbox"/> RG e CPF do(s) outorgado(s);
<input type="checkbox"/> Certidão de casamento do(s) outorgante(s);	<input type="checkbox"/> Certidão de casamento do(s) outorgado(s);
<input type="checkbox"/> Contrato Social da pessoa jurídica;	<input type="checkbox"/> Procuração outorgada pelo(s);
<input type="checkbox"/> Comprovante de residência do(s) outorgante(s);	<input type="checkbox"/> Comprovante de residência do(s) outorgado(s);
<input type="checkbox"/> Certidão de Inteiro Teor da Matrícula do Imóvel;	<input type="checkbox"/> Certidão de Ônus e Ações da Matrícula do Imóvel;
<input type="checkbox"/> Espelho do IPTU;	<input type="checkbox"/> Lançamento do ITBI;
<input type="checkbox"/> Declaração de Informação e Apuração do ITR;	<input type="checkbox"/> Comprovante de pagamento do ITBI;
<input type="checkbox"/> Certificado de Cadastro e Imóvel Rural – CCIR;	<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de ITBI;
<input type="checkbox"/> Cadastro Ambiental Rural – CAR;	<input type="checkbox"/> Recibo(s) de Pagamento do Imóvel
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural – RFB;	<input type="checkbox"/> Notificação Extrajudicial direcionada ao inadimplente
<input type="checkbox"/> Memorial Descritivo e Mapa – SIFEF/INCRA;	<input type="checkbox"/> Contrato Particular de Compra e Venda do Imóvel
<input type="checkbox"/> Certidão de Quitação – INCRA;	<input type="checkbox"/> Alvará de Licença – SEHAB/PMS;
<input type="checkbox"/> Certidão/Carta de Liberação de Cláusulas – INCRA;	<input type="checkbox"/> Termo de Transferência por Venda – SEHAB/PMS;
<input type="checkbox"/> Outros documentos, especificar:	
Declaro que somente os documentos assinalados acima foram apresentados, ficando sob minha responsabilidade a apresentação de eventuais documentos a serem exigidos pelo Cartório.	
Assinatura do Requerente:	

Pede deferimento.

Santarém, _____ de _____ de 2024.

ASSINATURA DO(S) REQUERENTES: _____